

## Pensando a formação de professores a partir do PIBID: um olhar sobre os documentos oficiais

José Luis P. B. Silva<sup>1\*</sup> (PQ), Elisa Prestes Massena<sup>2</sup> (PQ) \*[joseluis@ufba.br](mailto:joseluis@ufba.br)

<sup>1</sup> Instituto de Química da UFBA, Campus de Ondina - 40.170-115 - Salvador/BA

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz - Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas - 45662-900 - Ilhéus/BA

Palavras Chave: formação de professores, iniciação à docência, PIBID, diretrizes curriculares.

### Introdução

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID - tem apresentado muitas contribuições às diversas áreas em que existe a possibilidade dos professores em formação e/ou exercício terem o desenvolvimento de seu ensino a partir de novas experiências e aprendizagens<sup>1</sup>. No entanto, não há uma explicitação do que consiste o termo Iniciação à Docência. Este trabalho investiga a concepção de formação de professores implícita no termo Iniciação à Docência presente em quatro documentos chaves do PIBID, relacionando-a com aquelas que presidem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica<sup>2</sup> e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química<sup>3</sup>. Utilizou-se a Análise Textual Discursiva<sup>4</sup> (ATD) para a análise dos documentos selecionados.

### Resultados e Discussão

Na leitura dos documentos utilizamos a categoria *a priori* formação de professores. A análise dos documentos iniciais do Pibid<sup>5,6</sup> apresenta o entendimento que se possui de Iniciação à Docência como “aprimorar a formação dos docentes, valorizar o magistério e contribuir para a elevação do padrão de qualidade da educação básica”. Ainda em um dos objetivos dos documentos verifica-se a proposição de proporcionar aos licenciandos “oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem”. Metodologicamente, isso deve ocorrer pela inserção dos “licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação”. É notável que, em regulamentação posterior<sup>7</sup>, houvesse a obrigatoriedade de “ações de inserção dos bolsistas de iniciação à docência nas atividades que envolvem as diferentes dimensões do trabalho docente no projeto político-pedagógico da escola, incluindo períodos de planejamento, avaliação, conselho de classe, conselho de escola, reuniões com pais e reuniões pedagógicas”, o que já sugere uma concepção mais ampla de formação de professores implícita no termo de ID. O que se observa em documento mais recente<sup>8</sup> é uma ampliação do entendimento de ID pensando em “contribuir para que os estudantes de licenciatura se

insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente” e também que os futuros professores atuem no “desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o processo de ensino-aprendizagem”. As diretrizes curriculares<sup>2,3</sup> são formuladas em termos de competências a serem constituídas pelos licenciandos em sua formação. Tais competências estão vinculadas a conhecimentos diversos, tais como: valores da sociedade democrática; papel da escola; conteúdos científicos; conteúdos a serem ensinados; didática; avaliação; interdisciplinaridade; investigação sobre a prática pedagógica; desenvolvimento profissional, dentre outros. As diretrizes curriculares da Licenciatura em Química detalham mais o conjunto de competências formativas tanto em relação ao ensino de Química quanto em relação à própria profissão. Destaca-se a reflexão de sua prática de forma crítica e a autonomia no desenvolvimento do ensino de Química quando da atuação na profissão.

### Conclusões

A análise documental mostra que o Programa apresentou nos documentos iniciais uma concepção (implícita) limitada do trabalho docente que, no entanto, com o desenvolvimento do PIBID ao longo dos anos foi sendo ampliada e apresenta alguns pontos em comum com as diretrizes analisadas. Entendemos que tal concepção precisa ser aprimorada no sentido de abarcar um conjunto mais amplo das atividades efetivamente desenvolvidas pelos professores em formação.

### Agradecimentos

À CAPES pela concessão de bolsa a um dos autores do trabalho.

<sup>1</sup> Marcelo Garcia, C. *Formação de professores – Para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

<sup>2</sup> Brasil. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

<sup>3</sup> Brasil. MEC. Parecer n. CNE/CES 1.303/2001, de 06 de novembro de 2001.

<sup>4</sup> Moraes, R.; Galiuzzi, M. C. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

<sup>5</sup> Brasil. Capes. Portaria n. 72, de 9 de abril de 2010.

<sup>6</sup> Brasil. Decreto n. 7.219, de 24 de junho de 2010.

<sup>7</sup> Brasil. Capes. Portaria n. 260, de 20 de dezembro de 2010.

<sup>8</sup> Brasil. Capes. Portaria n. 096, de 18 de julho de 2013.